

O fazer tradutório

Neste capítulo a intenção é adentrar no mundo da tradução, definir o termo “traduzir” enquanto conceito fundamental que atravessa o ato interpretativo. A proposta é de aprofundamento no que seja a atividade de traduzir, os meios de executá-la, daí a apresentação de tipos de tradução, as implicações e limites de tal tarefa, as quais têm a ver com a questão da fidelidade. Esta, muitas vezes, buscada através da tradução cultural. Será discutido, nesse sentido, que, embora toda proposta de tradução lide com a cultura em que o texto do original foi produzido, existe uma vertente teórica a defender uma tradução que não apenas considere a cultura, mas que traduza de forma cultural, lançando uma ponte entre culturas diferentes, mais do que meramente entre línguas diferentes.

O que significa *traduzir*

A palavra *traduzir* apresenta diferentes conceituações. Segundo o dicionário Aurélio (1986, p. 2.745), etimologicamente, significa “conduzir além”, “transferir”. Todavia, hoje em dia, também abrange sentidos como “transportar, trasladar de uma língua para outra”, “revelar, explicar, manifestar, explicar”, “representar, simbolizar”. Como se pode depreender das acepções apresentadas, traduzir designa, especificamente, uma operação de transferência linguística e, de modo mais geral, qualquer operação de transferência entre códigos ou, inclusive, dentro de códigos. Isso implica que a atividade de tradução pode assumir naturezas diversas de acordo com o que se está transferindo. Deriva daí a possibilidade de diferentes tipos de tradução, como se verá posteriormente. Antes, porém, além das acepções dadas pelo dicionário, úteis, é verdade, é preciso considerar o que estudiosos e teóricos da tradução têm a discutir sobre as definições comumente atribuídas à palavra *traduzir*.

Paulo Rónai, em *A Tradução Viva*, avalia que:

Ao definirem “tradução”, os dicionários escamoteiam prudentemente esse aspecto e limitam-se a dizer que “traduzir é passar para outra língua”. A comparação mais óbvia é fornecida pela etimologia: em latim, *traducere* é levar alguém pela mão para o outro

lado, para outro lugar. O sujeito desse verbo é o tradutor, o objeto direto, o autor do original a quem o tradutor introduz num ambiente novo [...] Mas a imagem pode ser entendida também de outra maneira, considerando-se que é ao leitor que o tradutor pega pela mão para levá-lo para outro meio linguístico que não o seu. (RÓNAI, 1976, p. 3-4)

Do excerto acima, é possível entender que a tradução pode adotar pelo menos dois movimentos, duas direções. De um lado, o original a ser traduzido é levado, conduzido até o leitor em sua língua de chegada, adaptando-se, para tanto, os “costumes”, características do original ao novo meio linguístico. Esse processo, não raro, leva a esquecer que a tradução se trata de um original vindo de uma realidade distante, fundamentalmente diferente. Nesse caso, tem-se o que Rónai (1976) chama de “tradução naturalizadora”. De outro lado, há o que o autor denomina de “tradução identificadora”. Movimento no qual o leitor (público-alvo da tradução) é conduzido para o país da obra que lê, entrando em contato com as peculiaridades dela, o que acentua sua origem distante, estrangeira.

A visão adotada por Rónai (1976) é reforçada por Bassnett (2003, p. 9), para quem a tradução não é somente a transferência de textos de uma língua para outra, mas um processo de negociação entre textos e entre culturas, um processo em que ocorrem todos os tipos de transações mediadas pela figura do tradutor. Com isso, percebe-se que há muito mais por trás das acepções dadas à palavra *traduzir*, posto que não se trata apenas de “trasladar”, como se esse processo fosse automático, ou facilmente exequível. Há muitas implicações no ato de traduzir, bem como há diferentes maneiras de fazê-lo e também variedades de tradução. Fala-se em variedades de tradução, já que ela se verifica não apenas entre línguas – embora essa seja a mais lembrada e aceita em relação ao que, geralmente, no senso comum, se entende ser tradução –, mas também em diferentes sistemas semióticos. Por sistemas semióticos, entende-se a articulação de uma dada mensagem por meio de signos verbais e não verbais, com os diversos sistemas de sinais, de linguagem e suas relações.

Dessa forma, pode-se dizer que também se trata de tradução, por exemplo, uma obra literária adaptada ao formato cinematográfico, em que há uma “transferência” entre sistemas semióticos diferentes, bem como o mesmo se aplica a filmes/séries que ganham o formato de histórias em quadrinhos ou obras literárias, ou ainda, mais modernamente, jogos eletrônicos que são transformados em filmes ou desenhos animados – como exemplo deste último tem-se o *Super Mario Bros.: Peach-Hime Kyushutsu Dai Sakusen!*, o primeiro longa-metragem baseado em um jogo de videogame. A seguir, será visto que esse tipo de tradução foi uma das contempladas por Roman Jakobson.

Tipos de tradução segundo Roman Jakobson

Nesta seção, o intuito é tratar dos diferentes tipos de tradução a partir da divisão proposta por Roman Jakobson (1896-1982), para quem existem três tipos de tradução:

- A tradução intralingual, ou *reformulação*, consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua.
- A tradução interlingual, ou *tradução propriamente dita*, consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua.
- A tradução intersemiótica, ou *transmutação*, consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não verbais.

A tradução intralingual, atente para a prefixação da palavra – *intra*, significa dentro, nesse caso, dentro da língua – envolve uma única língua. Desse modo, não há uma língua-fonte diferente de uma língua-alvo para a qual o texto deverá ser vertido. Grosso modo, esse tipo de tradução pode ser entendido como uma paráfrase, uma explicação em palavras diferentes – consideradas sinônimas –, sobre algo dito ou escrito. Um exemplo prático disso tem relação com uma atitude muito difundida no cotidiano das pessoas. Ao se depararem com situações em que não entendem o que lhes foi dito, muitas pessoas não se furtam à brincadeira, sempre com fundo de verdade, de disparar um “traduza, por favor”.

Nas palavras de Jakobson (1975, p. 65), “a tradução intralingual de uma palavra utiliza outra palavra, mais ou menos sinônima, ou recorre a um circunlóquio. Entretanto, via de regra, quem diz sinonímia não diz equivalência completa [...]”. Ao dizer que a sinonímia não leva à equivalência completa, o autor pretende chamar a atenção para o fato de que não existem, qualquer que seja a língua, sinônimos perfeitos, haja vista que cada palavra da língua detém associações e conotações únicas, são valoradas diferentemente pelos usuários do idioma. Nesse sentido, por exemplo, “pássaro” não corresponde completamente a “ave”, a depender do contexto elas não são intercambiáveis. Da mesma forma, problema parecido se verifica no par “objetivo X intenção”, em que a palavra “intenção” se apresenta na língua de forma mais carregada de intencionalidade, não substituindo bem a palavra “objetivo” em muitos contextos.

A tradução intralingual também ocorre quando um texto do passado, como a “Carta de Pero Vaz de Caminha”, é lido por um leitor dos dias atuais, pois há a necessidade de buscar equivalências, dentro da mesma língua, para o que foi

dito numa outra época. Ou ainda, quando se trata de um texto contemporâneo ao leitor, mas complexo, em que as palavras são usadas fora de seu significado usual, tal qual o poema de João Cabral de Mello Neto “Educação pela Pedra”. Sobre essa segunda possibilidade, o leitor se vê diante de uma tarefa que pode ser descrita da seguinte maneira:

[...] ao vazarmos em palavras um conteúdo que em nosso pensamento existia apenas em estado de nebulosa, fenômeno constante em todos os momentos conscientes da vida, estamos também traduzindo, mas praticamos a tradução intralingual, operação esta que tem as próprias dificuldades e cujo resultado muitas vezes nos deixa insatisfeitos. (RÓNAI, 1976, p. 1)

A verdade é que existem muitos exemplos de tradução intralingual, os quais evidenciam o seu uso cotidiano nas mais diversas situações, seja na conversa entre um adolescente e um idoso, entre pessoas de um mesmo país, mas de regiões ou classes sociais diferentes. Muito disso se deve ao fato de que não há como usar as mesmas palavras ou regras gramaticais para expressar a mesma coisa. Cada pessoa, ao se expressar, tem à disposição pelo menos duas fontes de recursos linguísticos, a língua usada em seu país e compartilhada por todos e a sua “própria língua”, que lhe é única, cujas características mesclam as experiências culturais, sociais, psíquicas e linguísticas vividas pelo indivíduo ao longo de sua vida. Experiências estas que influenciam também a compreensão e interpretação atribuída ao mundo, ao que ouve, ao que lê e vê, determinando, assim, o resultado daquela tentativa de “explicar em outras palavras” sobre a qual se falou no início desta explanação. Isso significa, então, que *compreensão* e *interpretação* são, portanto, palavras-chave no fenômeno da tradução intralingual.

Quando há a transposição da mensagem de uma língua para outra, caracteriza-se a tradução interlingual – observe o prefixo *inter*, que remete à noção de “relação”, “entre” –, tipo mais facilmente reconhecido no senso comum como tradução. Jakobson acredita que:

[...] no nível da tradução interlingual, não há comumente equivalência completa entre as unidades de código, ao passo que as mensagens podem servir como interpretações adequadas das unidades de código ou mensagens estrangeiras [...]. Mais frequentemente, entretanto, ao traduzir de uma língua para outra, substituem-se mensagens em uma das línguas, não por unidades de códigos separadas, mas por mensagens inteiras de outra língua. Tal tradução é uma forma de discurso indireto: o tradutor recodifica e transmite uma mensagem recebida de outra fonte. Assim, a tradução envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes. (JAKOBSON, 1975, p. 65)

Como se vê, a tradução interlingual pode ser considerada um fato de bilinguismo, pois envolve o domínio de duas línguas diferentes. O fenômeno compreendido nesse tipo de tradução muitas vezes não tem reconhecida a importância que merece. Considerando que todo e qualquer texto, independentemente da língua,

pode sofrer a tradução interlingual, tem-se à disposição um recurso riquíssimo para se ter acesso ao conhecimento produzido por outras culturas, conhecimento essencial para o desenvolvimento das sociedades, tanto na esfera científica quanto na econômica, bem como na religiosa ou médica, entre tantas outras. O mundo ocidental, da forma como é conhecido, existe graças aos trabalhos de tradução do grego para o latim e daí para outras línguas. Sem sombra de dúvida, a tradução lança uma ponte entre culturas diferentes e permite que a cultura-leitora da cultura-fonte se aproprie de certas características, torne “seu” o que é do outro, mas não numa espécie de cópia, e sim numa troca, negociação, reformulação.

Não apenas no passado a tradução entre línguas foi de suma importância, ainda hoje o é, e talvez mais, tendo em vista o mundo globalizado em que vivemos, com o diferencial de que o papel da tradução no desenvolvimento dessa “aldeia global” vem, cada vez mais, sendo sentido como crucial. Isso graças, em parte, à expansão da internet, pois agora existem *on-line* milhões de documentos em quase todas as línguas e uma boa parte dessa enorme massa textual é, de uma ou outra forma, tradução. No Brasil, por exemplo, calcula-se que a tradução interlingual representa cerca de 60 a 80% dos textos publicados e que 75% do saber científico e tecnológico provém das traduções, alimentando vários setores da vida nacional. Sem a tradução, muitos setores simplesmente não funcionariam, como, por exemplo, o de *softwares*, medicamentos, automobilístico etc.

A verdade, no entanto, é que, nesse tipo de tradução, a transposição literária sempre concentrou a atenção dos escritores e críticos. No Ocidente, complementando o dito acima, os primeiros grandes pensadores da tradução foram romanos, e não por acaso, já que a civilização romana é, em grande parte, o produto de um projeto consciente de tradução e adaptação da civilização grega antiga. Assim, encontram-se em Cícero (106-43 a.C.) e Horácio (65-8 a.C.) os primeiros escritores a estabelecer a distinção entre “tradução literal” e “tradução do sentido”, distinção que salta naturalmente aos olhos de qualquer observador do fenômeno tradutório. Para ambos, preocupados em criar uma cultura romana, não se deve traduzir palavra por palavra, mas o sentido; no caso o sentido textualizado pelos gregos deveria, para eles, receber uma coloração romana. Trata-se do “apropriar-se, tornar seu o que é do outro” citado anteriormente. Cícero e Horácio, conforme relata Bassnett (2003), entendem a tradução dentro do contexto alargado das duas funções principais do poeta: o dever humano universal de adquirir e disseminar a sabedoria, e a arte especial de fazer e dar forma ao poema. A posição deles sobre tradução teve grande influência em gerações posteriores de tradutores.

Outra posição em relação ao ato de traduzir que marcou a história da tradução e o fazer tradutório foi a empreitada de tradução da Bíblia. Se a preocupação de Cícero e Horácio era o texto de chegada para o enriquecimento da língua e da literatura latina, com a tradução da Bíblia, a preocupação do tradutor se volta para o texto de partida, posto que o desejado era “espalhar a palavra de Deus”, evangelizar, e, para tanto, estar o mais próximo possível da palavra divina. Por isso, as religiões, especialmente as religiões de tipo universalista, sempre trabalharam com a tradução, elemento-chave para sua expansão entre os diferentes povos. Entre elas, talvez a que mais se dedicou às questões de tradução foi o cristianismo. De fato, a tradução da Bíblia constitui um dos mais ricos capítulos da história da tradução e também deu sua contribuição à discussão da oposição entre tradução literal e tradução livre. Como exemplo disso, pode-se mencionar São Jerônimo, que, ao traduzir o Novo Testamento, diz ter optado por traduzir o sentido, e não palavra por palavra. A propósito, essa questão de traduzir de forma literal ou livre atravessa a história da tradução, sendo tratada, por vezes, sob nomenclaturas diferentes, com avanços teóricos e práticos, mas que guardam, essencialmente, relação com esses primeiros conceitos formulados. Por tal razão, não se poderá deixar de discutir neste capítulo sobre o tema, bem como sobre a fidelidade da tradução e a tradução cultural, as quais estão interligadas àqueles conceitos de verter um texto livremente ou de forma literal. Contudo, antes, ainda há que se discutir a tradução intersemiótica.

Ela pode ser definida, segundo Jakobson, como a transmutação de uma obra de um sistema de signos a outro. A forma mais corriqueira se dá entre um sistema verbal e um não verbal, como acontece com a passagem de um romance ou conto ao cinema, vídeo e história em quadrinhos; de poemas para ilustrações de livros; com a passagem de textos em geral para anúncios publicitários. No entanto, ela pode acontecer também entre dois sistemas não verbais, como por exemplo, entre música e dança e música e pintura. Sobre esse tipo de tradução, Rónai a estabelece como:

[...] aquela a que nos entregamos ao procurarmos interpretar o significado de uma expressão fisionômica, um gesto, um ato simbólico mesmo desacompanhado de palavras. É em virtude dessa tradução que uma pessoa se ofende quando outra não lhe aperta a mão estendida ou se sente à vontade quando lhe indicam uma cadeira ou lhe oferecem um cafezinho. (RÓNAI, 1976, p. 2)

A semiótica, para Jakobson, está no centro da discussão sobre a tradução, pois esta é uma forma de interpretação de signos. A procura por equivalentes também acontece na tradução intersemiótica, assim como na tradução intra e interlingual, ou seja, trata-se da busca, em um determinado sistema semiótico, de elementos cuja função se assemelhe à de elementos de outro sistema

de signos. Entretanto, esse procedimento ainda leva em conta a existência de um sentido no texto, que deve ser transportado/traduzido para um outro texto/sistema, isto é, se for considerado que o sentido esteja subjacente ao texto, provenha de sua estrutura. Na tradução intersemiótica, mas também nos demais tipos de tradução discutidos anteriormente, não é possível traduzir tudo. Por isso, desde o início, numa tradução intersemiótica, é preciso traçar uma estratégia de tradução para determinar quais são os componentes mais característicos do texto a ser traduzido entre dois códigos diferentes, pois quando um dos textos de uma tradução não é verbal, a seleção entre as partes que se traduzem e as que se sacrificam é muito mais evidente. Nesse sentido, toda tradução – os três tipos de que se falou – irá sempre oferecer algo além ou aquém do texto fonte, sendo que o sucesso da tradução, alcançar a mensagem pretendida, não depende apenas da criatividade ou da habilidade do tradutor, mas, antes, das decisões tomadas por ele, seja sacrificando algo, ou encontrando a todo custo um equivalente. Nesse ponto, há o embate entre tradução literal e tradução livre, que leva à questão da fidelidade.

A polêmica da tradução literal versus tradução livre

O problema da tradução livre face à tradução literal se coloca de forma mais contundente e visível na tradução interlingual. Segundo Rónai, em *Escola de Tradutores*, é um equívoco pensar que qualquer tradução que não seja literal seja livre e que apenas a primeira se constituiria como uma tradução fiel. Na verdade, como se verá adiante, o conceito de fidelidade em tradução não é algo fácil de alcançar e tampouco de delimitar. Mesmo assim, é comum encontrar menção de autores a dizer que não existe apenas uma possibilidade de tradução para um texto e, conseqüentemente, que não é possível ser completamente “fiel” porque na tradução nunca se diz a mesma coisa, mas quase a mesma.

Na seção anterior, ao abordar a tradução interlingual se falou sobre a tradução literal, em que o tradutor prioriza o texto de partida, procurando ficar o mais próximo possível do original, e também da tradução livre, em que a preocupação recai sobre o texto de chegada, de forma que seja acessível ao seu público-alvo, priorizando-se a tradução do sentido. Essa discussão pode ser vista e tomada também a partir dos conceitos de correspondência formal e equivalência dinâmica empregados por Gabel e Wheeler quando da discussão sobre a tradução literária da Bíblia – convém notar que a prática de tradução da Bíblia, mesmo nos

dias atuais, ainda tem muito a contribuir com a área dos Estudos da Tradução. De acordo com os autores, na correspondência formal a ênfase recai na forma do original e na equivalência dinâmica, sobre a capacidade do leitor de entender a realidade. Nenhuma dessas duas práticas é boa ou ruim em si mesma, pois, ao se dar início ao processo de tradução, os tradutores devem decidir se favorecem as exigências da forma ou as necessidades do leitor. Mas essa decisão não é nada fácil, como se pode depreender do excerto abaixo:

Podem os tradutores ir longe demais numa ou noutra direção? Sem dúvida. Na direção da correspondência formal, eles podem chegar a produzir um texto mais hebraico ou grego do que inglês. Na direção da equivalência dinâmica, podem gerar um texto mais simples e fácil para os leitores modernos do que o original foi para seus primeiros leitores. Neste último caso, a preocupação dos tradutores com as limitadas capacidades de seus leitores pode levá-los a interpretar em vez de traduzir o texto. Há uma tênue linha a separar o que é deixar claro o sentido do original e o que é interpretá-lo – e os tradutores devem ter cuidado para não cruzá-la. (GABEL; WHEELER, 2003, p. 220)

Os autores tratam da tradução dos originais da Bíblia, no hebraico e no grego, para o inglês e chamam a atenção para o fato de que uma tradução literal/correspondência formal pode resultar num texto distante demais da língua-alvo por vezes ao ponto da incompreensão, e que o excesso na outra direção, tradução livre/equivalência dinâmica, pode levar à produção de um texto muito diverso, sem as peculiaridades do original, em que, por querer ajudar o seu leitor, o tradutor acaba empobrecendo o texto do original. Ao dizer que há de se ter cuidado para não interpretar o texto, os autores se referem a essa ânsia por “tornar tragável, palatável” certos originais, fazendo com que eles percam – no caso da literatura – o que os torna únicos. A intenção dos autores, de forma alguma, é fazer crer que não haja interpretação no ato da tradução, mas interpretação entendida como leitura, como compreensão do original. Sob tal perspectiva, é útil refletir sobre o que Gabel e Wheeler defendem para a tradução de textos literários:

Uma das coisas mais importantes de uma passagem é saber, se ela for poética, que ela o é: estamos preparados para compreender uma passagem que consideramos poética de um modo diferente daquele pelo qual compreendemos uma passagem que consideramos prosa. Por isso, é importante que as traduções de poesia ao menos pareçam poesia, mesmo que muitos efeitos poéticos do original não possam ser representados na tradução. (GABEL; WHEELER, 2003 p. 217, grifo nosso)

Após essas reflexões, alguns de vocês podem estar construindo o entendimento de que o ideal, na tradução, é ficar no meio termo entre tradução literal/correspondência formal e tradução livre/equivalência dinâmica, posição por meio da qual se alcançaria a tão perseguida “fidelidade”. Será? Para saber, importa discutir o que deve ser entendido por “ser fiel ao original”.

A questão da fidelidade da tradução

A “fidelidade” é comumente usada como categoria avaliativa da qualidade dos trabalhos de tradução e interpretação. Contudo, poucos pensam sobre o que significa a fidelidade, qual sua acepção. Ser fiel é ser igual? É procurar a exatidão? Existe algo que possa ser chamado de “padrão de fidelidade” a ser alcançado? São perguntas como essas que se procura responder neste momento. Para tanto, serão empregadas as discussões de cunho mais filosófico da pesquisadora brasileira Arrojo (1986), que, a partir do final da década de 1980, problematizou o conceito de fidelidade e também as contribuições de Rónai (1976; 1987), cujas críticas de tradução baseadas em sua experiência prática se entrelaçam às questões filosóficas apontadas por Arrojo.

A autora discute a fidelidade a partir dos principais problemas teóricos que envolvem a pergunta: “a que devemos ser ‘fiéis’ quando realizamos uma tradução?” A pesquisadora questiona a possibilidade de uma tradução ser inteiramente fiel ao texto “original”, propondo uma redefinição do conceito. Por meio de suas reflexões, ela procura construir com seu leitor o entendimento da natureza do conceito de “fidelidade” de tal forma a possibilitar a compreensão da *autonomia* do tradutor – cuja leitura do texto de partida é, inevitavelmente, um produto de sua época, suas concepções teóricas, suas realidades.

A “fidelidade” é o conceito mais invocado para avaliar traduções, e, segundo a autora, tradicionalmente, ela tem sido conceituada como uma correspondência literal ao texto fonte, o que muitos consideram positivo. No entanto, dos usuários desse termo, poucos se preocupam em defini-lo, fazendo, então, com que qualquer avaliação de tradução pautada nesse conceito seja vaga, geral em demasia, limitando a avaliação da tradução a apenas um de seus aspectos, a sua relação com o texto de partida. Isso, aliás, mostra o problema mais óbvio com essa atitude, que tem a ver com o fato de as línguas não serem isomórficas, ou seja, não existe correspondência um a um entre os seus elementos constitutivos. Além desse problema, existe a questão da inevitável intervenção do tradutor, como consequência de seu contexto histórico e social.

Relacionado ao problema de as línguas não serem isomórficas, Arrojo aprofunda a questão ao discutir o processo de construção de significado, mostrando que uma palavra, mesmo dentro de uma mesma língua, não tem um sentido fixo e único, imediatamente decifrável por qualquer indivíduo. Assim, não existe uma linguagem capaz de neutralizar as ambiguidades, os duplos sentidos, as

variações de interpretação, as mudanças trazidas pelo tempo ou pelo contexto. No campo da tradução, essa discussão, diz a autora, leva ao questionamento do conceito de fidelidade na condição de transferência total dos significados de um texto em uma língua, para outro texto em outra língua, argumentando que nenhuma tradução é capaz de recuperar a totalidade do “original”, já que revela, inevitavelmente, uma leitura, uma interpretação desse texto, e não o “transporte” de seu conteúdo para uma nova língua: “[...] o que acontece não é uma transferência total de significado, porque o próprio significado do ‘original’ não é fixo ou estável e depende do contexto em que ocorre” (ARROJO, 1986, p. 23).

Olhar similar sobre a questão é lançado por Rónai (1987, p. 22-23) no que diz respeito à impossibilidade de significados estanques nas palavras:

[...] ao tradutor não lhe basta um conhecimento aproximativo da língua do autor que está vertendo. Por melhor que maneje o seu próprio instrumento, não pode deixar de conhecer a fundo o instrumento do autor. O tradutor deve conhecer todas as minúcias semelhantes da língua de seu original a fim de captar, além do conteúdo estritamente lógico, o tom exato, os efeitos indiretos, as intenções ocultas do autor. Assim a fidelidade alcança-se muito menos pela tradução literal do que por uma substituição contínua. A arte do tradutor consiste justamente em saber quando pode verter e quando deve procurar equivalências. Mas como não há equivalências absolutas, uma palavra, expressão ou frase do original podem ser frequentemente transportadas de duas maneiras, ou mais, sem que se possa dizer qual das duas é a melhor.

Para Rónai (1987), inclusive, a dificuldade da tradução reside justamente nas palavras traduzíveis: são essas que enganam ou alimentam a ilusão de ser possível a “fidelidade” da tradução. Por isso, é preciso compreender que o sentido não preexiste à compreensão, entretanto, é constituído por ela; todavia, o tradutor mais constrói, reconstrói, transforma e recria do que simplesmente transporta algo que estava a princípio imutável no texto dito como original. A tradução obriga o tradutor a investigar detalhadamente a função de cada palavra, esquadriñar atentamente o sentido de cada frase e, finalmente, reconstruir a paisagem mental do autor e descobrir-lhe o que o autor quis dizer— “[...] a tradução é um mundo de minúcias” (RÓNAI, 1987, p. 43).

Com base no dito por Rónai e Arrojo, se aceitamos que “o tradutor não poderá evitar que seu contato com os textos seja mediado por suas circunstâncias, suas concepções e seu contexto histórico e social” (ARROJO, 1986, p. 38), como fica a questão da fidelidade? Uma resposta possível, ainda em construção pelos teóricos dos Estudos da Tradução, está relacionada ao reconhecimento de que a leitura de um original é, sim, dirigida por diversos fatores, tais como experiência e conhecimento de cada leitor e condições de produção de cada texto, tanto na língua de partida quanto na língua de chegada. Entretanto, isso não significa

que o tradutor deva renunciar à busca de um sentido, ou seja, da compreensão da obra original; sem isso, não haveria razão para traduzir. Porém, o tradutor não pode restringir-se a buscar um único sentido, como se estivesse predeterminado: é necessário considerar que toda obra é algo aberto, que pode ser cortado e recortado por múltiplas leituras e interpretações e que a tradução não deve fechar essas leituras, limitando-se a apenas uma, quando existe a possibilidade de se obter mais de um sentido. Isso implica que nenhuma tradução (ou leitura) de um texto é definitiva e unanimemente aceita por todos, em qualquer época e em qualquer lugar. Exemplo disso é o livro, sem dúvida, mais traduzido na história da civilização: a Bíblia.

Embora seja um texto milenar, e também em função disso, a Bíblia continua sendo traduzida, seus tradutores – os atuais e os anteriores – esforçam-se para verter o texto de forma a respeitar o sentido do original, mas sem perder de vista as concepções textuais e teóricas da comunidade a que o tradutor pertence e os objetivos estabelecidos na tradução. Evidência disso são as “diferentes” traduções resultantes dessa “obra” ao longo dos séculos. Uma tradução dirigida a leitores atuais difere substancialmente de uma dirigida aos leitores do século XVIII, por exemplo. Todavia, isso não implica que qualquer uma das versões – a dos dias atuais ou a do século XVIII – seja mais ou menos “fiel” ao original, significa apenas que elas procuraram/procuram o difícil ponto de equilíbrio em que se respeita o sentido do original sem deixar de considerar, no entanto, as concepções e condições históricas e sociais que atravessam a cultura de uma época – a do tradutor e seu público, a qual, em última análise, é o que permite que um significado seja atribuído a tudo que chega até nós. Essa questão de equilíbrio entre o sentido e a cultura preservada num original e a cultura e concepções do público-alvo é um dos pontos discutidos pela tradução cultural, desenvolvida nas últimas décadas, sobre a qual se trata a seguir.

Tradução cultural

O campo de tradução cultural remete a questões de identidades e diferenças, de veracidade e falsidade, de fidelidade e traição, enfim, de poder, representação e historicidade. De forma a ilustrar isso, Corrêa (2009) lança como exemplo a obra de um escritor da Costa do Marfim, Ahmadou Kourouma, *Alá e as Crianças Soldados*, cuja tradução brasileira, segundo a pesquisadora, recebeu o prêmio Fnac de melhor obra traduzida do francês no ano de 2003, quando de seu lançamento.

Conforme a pesquisadora, o narrador – a obra tem um caráter metalinguístico e metatradutório à medida que o autor cria um personagem que escreve numa língua diferente da sua língua materna, precisando para tanto se valer de diferentes dicionários e de métodos de tradução –, numa espécie de prólogo atravessado pela crítica e pelo deboche, faz uma advertência no sentido de chamar a atenção para toda a dificuldade que teria passado para tornar sua mensagem compreensível a mais de um universo cultural, ou seja, o dos africanos e suas diversidades intrínsecas, e o dos francófonos da França e possivelmente de outras colônias. Abaixo está transcrito um dos exemplos de Corrêa para ilustrar a mencionada dificuldade do narrador e o comentário que a pesquisadora faz sobre o mesmo:

“As crianças soldados estavam furiosas, vermelhas de tão furiosas (A gente não deve dizer vermelho de furioso no caso dos pretos. Os pretos nunca ficam vermelhos, eles ficam carrancudos)”. Ao longo do romance, o narrador usará parêntesis todas as vezes que uma expressão lhe parecer difícil ou estranha a cada uma dessas possíveis culturas, ou quando desejar que suas referências culturais, sobretudo as africanas, sejam bem entendidas. (CORRÊA, 2009, p. 40-41)

O exercício que Kourouma faz com a linguagem explicita o embate, a ruptura e o esforço pelo encontro entre duas culturas, aquela em que se expressa, outra que lhe é materna. Isso mostra, e corrobora o discutido anteriormente, que durante a tradução o tradutor é obrigado a fazer escolhas. De um lado, pode optar por veicular elementos culturais do original de que parte, sem correlação imediata em sua própria língua-cultura. De outro modo, o mesmo tradutor poderá optar por fazer certa *assimilação* desses elementos, buscando adaptar em seu texto referências similares, caso as encontre em sua própria cultura. Essas escolhas remetem ao que em tradução cultural se denomina por traduções estrangeiras ou domesticadoras. Na primeira, o tradutor opta por manter-se próximo ao original, oferecendo como resultado da tradução um texto que carrega referências, figuras de linguagem, estruturas reconhecidas pelo público-alvo como estrangeiras, podendo a partir disso fazer uma leitura da cultura com a qual entra em contato, mas, claro, sempre correndo o risco de não alcançar o entendimento de algo que é alienígena a sua própria cultura. Na segunda, a escolha do tradutor fará com que prime por aproximar o texto-fonte de seu público-alvo, tendo como resultado um texto nacionalizado, de fácil compreensão, mas que, possivelmente, não permitirá ao leitor entrever as referências culturais que atravessavam o original.

Essas escolhas, é preciso entender, são não apenas possíveis, mas necessárias, não se pode escapar delas no ato tradutório. Conforme esclarece Venuti (2002), o tradutor, ao comunicar um texto estrangeiro, interpreta fatores domésticos, utilizando a tradução como colaborador à formação de atitudes domésticas em relação a países estrangeiros ou não. Assim, a complexidade do ato

tradutório leva ao fato de que a valorização ou apagamento de etnias, raças e nacionalidades específicas são atitudes capazes de favorecer tanto o respeito pela diferença cultural quanto o ódio baseado no etnocentrismo, no racismo ou no nacionalismo.

Nesse sentido, a tarefa de traduzir mantém íntima relação com questões de domínio, ruptura e poder:

Uma tradução, ao circular na igreja, no estado e na escola, pode ter poder de manter ou revisar a hierarquia de valores na língua-alvo. A escolha calculada de um texto estrangeiro e da estratégia tradutória pode mudar ou consolidar cânones literários, paradigmas conceituais, metodologias de pesquisa, técnicas clínicas, e práticas comerciais na cultura doméstica. (VENUTI, 2002, p. 131)

Com isso, percebe-se que as traduções constituem um dos elementos essenciais ao processo de formação de uma nova identidade. Podem, conforme a intenção de quem as pratica, manter o estado de coisas vigente numa dada área do saber, ou em qualquer outra esfera da sociedade que dependa da tradução, bem como trazer mudanças em relação a tal estado, deflagrando um verdadeiro movimento de resistência cultural. Uma pergunta interessante que você, leitor, deve estar se fazendo seria pensar em como tudo isso se aplica à tradução em Libras. Para que você possa fazer uma relação mais concreta entre tradução cultural e a prática de tradução em Libras, o assunto é abordado no texto complementar. Portanto, boa leitura.

Texto complementar

Tradução cultural: uma proposta de trabalho para surdos e ouvintes

(RAMOS, 2000, p. 7-10)

De que princípio parte a ideia da *tradução cultural*? Tudo pode ser traduzido, ou, em função da própria natureza da linguagem, nada se traduz? Segundo Paes (1990, p. 13), “os partidários dessa teoria têm apontado com razão que as palavras isoladas não têm sentido em si mesmas: a sua significação é determinada, de cada vez, pelo respectivo contexto. Por contexto entende-se a frase ou o trecho em que a palavra se encontra no momento,

tornados entendíveis por um conjunto de centenas de outras frases lidas ou ouvidas anteriormente pelo ouvinte ou leitor, e que subsistem no fundo de sua consciência”.

Quando se fala em duas línguas/culturas estabelecidas e reconhecidas, com indivíduos capazes de realizar com eficiência o trânsito entre esses dois quase “universos”, já existe o impasse sugerido pela posição acima exposta. É evidente que há uma certa impossibilidade de se traduzir, ao imaginarmos também um ponto a ponto perfeito. Partimos de um conceito de língua que não separa língua e cultura. Exatamente por isso nos abre a possibilidade de tudo se traduzir. Reescrever, em última instância.

Em relação à língua de sinais poder ser língua-alvo de uma tradução, uma das questões da pesquisa que levei adiante foi justamente demonstrar a possibilidade de se efetivar um trabalho de tradução textual de uma obra literária, não apenas um recontar de história, mas uma criação autêntica de tradução. No Brasil existem estudos sobre as línguas de sinais, sua importância para a educação dos surdos, as consequências psicológicas da recusa da Libras e outros tantos trabalhos acadêmicos. Muitos e muitos trabalhos práticos também vêm sendo realizados por educadores, fonoaudiólogos, psicopedagogos espalhados por todo o Brasil, buscando cada vez mais inserir a língua de sinais na vida das comunidades surdas.

Porém, não existem ainda manifestações desse “pensar” em Libras livres do jugo colonialista do ouvinte. Uma das falas mais emocionantes nos discursos acadêmicos e/ou políticos em defesa da Libras é que a língua de sinais, enquanto língua natural, pode discursar filosoficamente, poetar, ironizar. Mas a realização desse discurso ainda não tem seu registro disponível organizada-mente. Não existem centros de cultura surda, nem videotecas para o arquivamento dessas manifestações. Fala-se sobre a Libras e sua potencialidade, mas a Libras, realizada pelos surdos, não está disponível para consulta...

Existe no Rio de Janeiro um surdo (Nelson Pimenta) que lançou em 1999 um trabalho denominado *Literatura em LSB: poesia, fábula, histórias infantis* em vídeo, com produção e direção de profissionais americanos (o vídeo foi realizado nos Estados Unidos, onde o ator/criador participou de cursos de teatro e outros em várias ocasiões). A influência da cultura surda americana é facilmente notada, até mesmo no título do trabalho, que utiliza a terminologia LSB (Língua Brasileira de Sinais), seguindo os padrões “internacio-

nais”, em oposição à denominação tupiniquim Libras. Essa forte influência, evidentemente, não invalida ou deprecia o trabalho do surdo brasileiro, mas o aproxima sobremaneira de uma releitura de outro tipo de colonialismo... Mas essa discussão não nos interessa no momento.

A situação dos surdos brasileiros enquanto minoria linguístico-cultural hoje pode ser resumida em sua luta para colocar a Libras no currículo das escolas para surdos, para ter sua língua reconhecida. O exercício da tradução pode acontecer de inúmeras maneiras, evidentemente. Uma primeira diferenciação que deve ser discutida seria a oposição entre a tradução literal e a tradução “livre”.

Um dos maiores teóricos sobre tradução no Brasil, Paulo Rónai (1987), defensor das traduções literais, aponta para a possibilidade de uma tradução “ótima”, com a utilização do trabalho de vários tradutores em conjunto, ou com especialização/aprofundamento no tema ou autor a ser traduzido. No fundo dessa proposta está a busca da perfeição, do conceito de pureza, do original, do datado, do assinado. Do outro lado da trincheira estariam as chamadas “belles infidèles” francesas, que dominaram até o final do século passado. Traduções adaptadas ao gosto nacional, que muitas vezes corriam o risco de se transformar em narrativas, e não traduções propriamente ditas. O tradutor passa a ser coautor efetivo do texto, muitas vezes funcionando também como censor.

O conceito de *tradução cultural* por si só rejeita o papel da origem enquanto valor, já que pressupõe uma estrada de duas mãos em fluxo constante. Assim, a possibilidade de interferência do tradutor existe e é esperada. No caso dessa tradução realizada, por exemplo, quando Alice dentro do túnel ouve os passos apressados (pisadinhas) do Coelho se aproximando, a sugestão de Marlene foi a visualização da sombra das orelhas Coelho Branco, tremendo de nervoso. A opção de Marlene foi “ensurdecer” Alice e seus companheiros pelo texto afora. Em sua mente, mesmo quando isso não transparece, a história de Alice é uma história de um mundo surdo, *do seu mundo surdo*. Mas também de um mundo de uma mulher carioca etc. etc.

Ainda no início do texto, Alice discute consigo mesma sobre a questão da latitude e longitude, referindo-se à Inglaterra e Nova Zelândia. Marlene optou por falar sobre o Brasil e o Japão. E quando Alice descreve o sabor do líquido delicioso que a garrafa mágica continha (“um tipo de mistura de

torta de cereja, creme de ovos, leite e açúcar, abacaxi, peru assado, toffy e torradas quentes”), Marlene optou por traduzir por uma mistura de bolo de chocolate, bife e coca-cola.

Por que não? Nessa tradução absolutamente datada, pelos motivos que já esmiuicei, o texto se constituiu da maneira que relato. Em outra tradução, em outro momento, quem sabe? Não desejarão os surdos, talvez, uma tradução o mais fiel possível ao autor? Talvez não venha a ser uma opção dos surdos o conhecimento profundo de outras culturas? É evidente que ao se dar continuidade ao projeto de traduções culturais, quando da formação de uma equipe de profissionais para dar conta de uma pequena biblioteca de clássicos da literatura universal em Libras, por exemplo, outras variantes entrarão em cena. O que realizamos nesse *Alice no País das Maravilhas* foi uma experiência laboratorial, nunca é demais repetir.

O tradutor tem uma responsabilidade bastante grande, sua formação bilíngue e bicultural é imprescindível, seu nível educacional deve ser o suficiente para dar conta da maioria das questões que são tocadas em qualquer tipo de literatura. Isso é inegável e não estou aqui defendendo que a tradução cultural permaneça sendo realizada da maneira que esta foi produzida. Porém, acredito que ela deverá ser conduzida primordialmente pelos surdos envolvidos, e como ela se desenvolverá não tenho condições de avaliar por hora.

Dicas de estudo

“O significado da tradução e a tradução do significado”, de Kanavillil Rajagopalan. Revista Letras, Curitiba, n. 56, p. 67-76, jul./dez. Editora UFPR, 2001. Disponível em: <www.letras.ufpr.br/revista_letras/numeros/56.html>.

O artigo traz discussões e contribuições feitas pelo autor em uma mesa-redonda de mesmo título. Nele Rajagopalan trata do entrelace entre significado e tradução, e do significado da tradução. São, então, dois movimentos: como a tradução alcança o significado e qual o significado/papel/importância da tradução.

Conversas com Tradutores: balanços e perspectivas da tradução, de organização de Benedetti e Sobral, publicado pela Parábola Editorial, 2003.

Como o título bem representa, o livro é uma coletânea de conversas sobre tradução que aborda seus aspectos teóricos e práticos no Brasil. De fácil leitura, apresenta as perspectivas de tradutores renomados e outros nem tanto, falando sobre a sua atuação e opções metodológicas.

Atividades

1. Em sua tipologia sobre a tradução, Jakobson apresenta três tipos de tradução: a intralingual, a interlingual e a intersemiótica. Com base nas definições tecidas pelo autor, é possível dizer que elas se entrelaçam, apresentam um fator em comum? Que fator comum seria esse e como ele se revela em cada tipo de tradução?

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

2. Problematicize a noção de fidelidade, apoiando-se nas reflexões elaboradas ao longo da aula, partindo da asserção de Gabel e Wheeler (2003, p. 217) de que “é importante que as traduções de poesia ao menos pareçam poesia, mesmo que muitos efeitos poéticos do original não possam ser representados na tradução.”

3. Discorra sobre a noção de tradução domesticadora e a opção da tradutora surda, relatada por Ramos, de ensurdecer o *Alice no País das Maravilhas*, de modo a considerar as possíveis consequências dessa opção em termos de manutenção e criação de identidade, conforme problematizado na discussão sobre tradução cultural.

Referências

ARROJO, Rosemary. **Oficina de Tradução**: a teoria na prática. São Paulo: Ática, 1986.

BASSNETT, Susan. **Estudos da Tradução**. Tradução de: FIGUEIREDO, Vivina de Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CORRÊA, Mônica Cristina. Tradução e referências culturais. **Cadernos de Tradução**, UFSC, 2009.

GABEL, John B.; WHEELER, Charles B. **A Bíblia como Literatura**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. 8. ed. Tradução de: BLIKSTEIN, Izidoro; PAES, José Paulo. São Paulo: Cultrix, 1975.

KOUROUMA, Ahmadou. **Alá e as Crianças Soldados**. Tradução de: NASCIMENTO, Flávia. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

RAMOS, Clélia Regina. **Tradução Cultural**: uma proposta de trabalho para surdos e ouvintes. Disponível em: <www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo5.pdf>. Publicado em: 2000. Acesso em: 14 ago. 2010.

RÓNAI, Paulo. **A Tradução Vivida**. Rio de Janeiro: Educom, 1976.

_____. **Escola de Tradutores**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

TRADUZIR. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

VENUTI, L. **Escândalos da Tradução**. Tradução de: PELEGRIN, Laurino *et al.* Bauru: EDUSC, 2002.

Gabarito

1. O fator em comum entre os tipos de tradução estabelecidos por Jakobson se trata do ato de “traduzir” visto de maneira fundamental, em que algo precisa ser “dito”, preservando o conteúdo, significado, de maneira diferente daquela empregada no original. Característica revelada de diferentes, mas aparentadas, formas nos três tipos de tradução. Inicialmente, os três lidam com “o que traduzir”, isto é, que parte do original interessa ser traduzida. Todas precisam pensar nas estratégias de “como traduzir” e em quão compreensível será o resultado de sua tradução, bem como devem lidar também com a questão de até que ponto podem e querem fazer “justiça” – equivaler – ao original.
2. A partir do excerto ofertado para discussão, o estudante deve abordar o fato de que equiparar “fidelidade” à correspondência completa entre original e tradução é uma leitura equivocada, até porque inalcançável, da desejada “fidelidade” de que falam os autores discutidos. Sobretudo, a “fidelidade” é um objetivo bastante flexível, seu alcance está no entremeio, no limite, entre “respeitar” o original e “considerar” o público-alvo e a própria natureza linguística do idioma para o qual traduz. Característica, ou empreendimento, que pode ser visto na recomendação feita por Gabel e Wheeler sobre, ao menos, deixar transparecer ao leitor-alvo que um dado gênero discursivo foi empregado, que uma palavra, às vezes mesmo sem tradução possível numa dada língua, possa ter mais força, mais conteúdo, do que a alternativa disponível na língua de chegada, podendo o tradutor, então, tentar transportar isso de alguma outra forma em sua tradução. Finalmente, é desejável que o estudante reconheça que o conceito de “fidelidade” está atrelado ao conjunto de concepções históricas, sociais e culturais de uma época, razão pela qual uma tradução pode ser considerada mais ou menos “fiel”.

3. Resposta mínima deve contemplar que a decisão tradutória tomada na versão em Libras de *Alice no País das Maravilhas* é domesticadora à medida que traz o original para dentro da cultura de seu público-alvo, apagando traços da cultura estrangeira. O que de modo algum deve ser tachado como negativo, posto que se trata de uma alternativa possível de tradução. Além disso, o aluno deve ser capaz de reconhecer que a opção da tradutora surda acarreta um movimento de criação e afirmação, mais especificamente, da cultura surda em face à do ouvinte. Levando em conta que a cultura do ouvinte – independente da língua – geralmente oprime o surdo – como ocorre naturalmente com qualquer cultura e língua que é majoritária frente à outra –, a alternativa de tradução adotada representa também resistência a tal opressão e é fator que pode causar mudança no estado vigente em relação à cultura literária do surdo e do ouvinte.

